



11 de fevereiro de 2023

Há um ano 150.000 pessoas desfilaram pelas ruas de Lisboa na maior manifestação de sempre de educadores e professores, convocada por uma plataforma de 9 organizações sindicais, designadamente a FENPROF e os seus sindicatos, incluindo o SPGL. Ontem e hoje, professores, educadores e investigadores, reclamam políticas e medidas que respondam aos problemas que afetam a profissão e criam dificuldades à organização e funcionamento da Escola Pública, uma das maiores e mais significativas conquistas de Abril e da nossa Democracia.

2018

Proposta de Orçamento do Estado prevê o descongelamento das progressões nas carreiras da administração pública. No entanto, a recuperação do tempo de serviço docente dos dois períodos, 2005 e 2017, os mais de nove anos [9 anos, 4 meses e 2 dias] ficou por esclarecer.

Professores não desistiram de lutar e a versão final do Orçamento do Estado, entretanto aprovada, remete para a discussão com os sindicatos o tempo e a forma de descongelamento da carreira.

2019

O Parlamento aprova, inclusive, um projeto de resolução para a contagem de todo tempo de serviço na administração pública, com a abstenção de PSD e CDS-PP.

Depois de mais uma ronda negocial, o Governo propõe algo que a FENPROF considera insultuoso e inaceitável, a recuperação de apenas 2 anos e 10 meses.

Comissão Parlamentar da Educação, apenas com a oposição do PS, aprova proposta de recuperação de todo o tempo de serviço congelado.

AR chumba, no plenário, o diploma que permitia a recuperação de todo o tempo de serviço congelado. António Costa ameaça demitir-se. PSD e CDS-PP mudam o sentido de voto e juntam-se ao PS para chumbar a contagem integral do tempo de serviço.

As Assembleias Legislativas dos Açores e da Madeira, aprovaram por unanimidade, propostas para a recuperação integral do tempo de serviço congelado aos docentes, de forma faseada.

Flashback - Contagem do Tempo de Serviço

Professores e educadores portugueses não desistem de ver a sua carreira recomposta e não vão baixar os braços sempre que estiverem em causa os seus legítimos direitos. Essa é a promessa que deixam a futuros governos!